



Processo nº 11298/2026  
Fls.  
Rubrica



**PROCURADORIA  
GERAL  
DO MUNICÍPIO**

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETO:

- 1.1.** A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a emissão, reserva, marcação, cancelamento e fornecimento de passagens aéreas. Inclui-se, ainda, a prestação de serviços de reserva e intermediação de hospedagem, em hotéis ou estabelecimentos similares, com padrão mínimo de qualidade previamente definido, quando aplicável, serviços agregados como café da manhã, acesso à internet e taxas obrigatórias.
- 1.2.** A contratação será realizada por meio de **Dispensa de Licitação**, do tipo **Menor Preço**, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

### 2. DO ÓRGÃO SOLICITANTE:

- 2.1.** Procuradoria Geral do Município (PROGEM).

### 3. DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

- 3.1.** A presente contratação justifica-se pela necessidade de viabilizar o deslocamento e a hospedagem de servidores vinculados a PROCURADORIA GERAL, quando do desempenho de atividades institucionais, participação em reuniões, cursos, eventos ou demais ações de interesse público.
- 3.2.** A demanda por serviços de agenciamento de viagens, incluindo emissão e passagens aéreas e reserva de hospedagem, é essencial para garantir a continuidade e eficiência das atividades institucionais, assegurando condições adequadas de deslocamento, segurança e acomodação dos beneficiários.
- 3.3.** A contratação centralizada desses serviços também se justifica pela necessidade de otimização de recursos públicos, maior controle administrativo e obtenção das melhores condições comerciais, como tarifas mais vantajosas e redução de custos operacionais.



**3.4.** Dessa forma, a contratação pretendida está alinhada ao interesse público e a eficiência administrativa, observando os princípios que regem a administração pública, especialmente os da economicidade e da continuidade dos serviços públicos.

#### **4. DA SOLUÇÃO:**

**4.1.** A solução consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens compreendendo a emissão, remarcação, cancelamento e fornecimento de passagens aéreas e/ou rodoviárias, bem como a intermediação e reserva de hospedagem em estabelecimentos hoteleiros, conforme demanda do órgão solicitante.

**4.2.** A contratação permitirá a centralização dos serviços de viagens em um único fornecedor, possibilitando maior controle administrativo, agilidade na execução das demandas, padronização dos procedimentos e otimização dos recursos públicos.

**4.3.** A empresa contratada deverá disponibilizar atendimento contínuo para suporte às demandas de deslocamento e hospedagem, garantindo eficiência na prestação dos serviços, especialmente em situações de urgência ou alteração de itinerários.

**4.4.** A solução proposta visa assegurar condições adequadas de viagem e estadia aos beneficiários, observando critérios de economicidade, qualidade, segurança e atendimento às necessidades institucionais.

#### **5. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO:**

**5.1.** A presente contratação será realizada por meio de **DISPENSA ELETRONICA**, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo em vista que o valor estimado da contratação se encontra dentro dos limites legais estabelecidos para contratação direta.

**5.2.** A escolha da dispensa de licitação justifica-se pela possibilidade de atendimento da demanda de forma mais célere e eficiente, sem prejuízo à observância dos princípios da administração pública, especialmente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa.



**5.3.** Ressalta-se que, previamente à contratação, foi realizada pesquisa de preços junto ao mercado, com o objetivo de assegurar a compatibilidade dos valores praticados com os preços correntes, garantindo a vantajosidade da contratação.

**5.4.** A contratação direta não afasta a necessidade de observância dos critérios técnicos e administrativos previstos na legislação vigente, sendo assegurada a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

## **6. DO MEMORIAL DESCRITIVO:**

**6.1.** O presente Memorial Descritivo tem por objetivo detalhar as características dos serviços a serem contratados, referentes ao agenciamento de viagens, compreendendo a emissão de passagens aéreas e a intermediação de hospedagem, conforme demandas do órgão solicitante.

## **7. DA PROPOSTA:**

**7.1.** A proposta deverá ser apresentada em conformidade com as exigências deste TERMO DE REFERÊNCIA e do edital, contendo a descrição detalhada do objeto ofertado, o valor unitário e total, bem como todos os custos diretos e indiretos necessários à plena execução do objeto.

**7.1.1.** Indicar CNPJ, e-mail, endereço e telefone de contato;

**7.1.2.** Os preços propostos deverão incluir todos os encargos, tributos, taxas, seguros e demais despesas necessárias ao cumprimento integral das assumidas, não sendo admitida a cobrança de valore, adicionais posteriormente.

**7.1.3.** O julgamento das propostas será realizado com base no critério de menor preço, nos termos de LEI Nº 14.133/2021, desde que atendidas todas as especificações e condições estabelecidas neste Termo.

## **8. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE PROPOSTA E SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**



Processo nº 11298/2026

Fls.

Rubrica



**PROCURADORIA  
GERAL  
DO MUNICÍPIO**

**8.1.** A proposta da CONTRATADA deverá atender integralmente as especificações contidas neste Termo de Referência.

**8.2.** O julgamento das propostas adotará o critério de menor preço, sendo considerada vencedora a proposta que, atendendo integralmente às exigências deste Termo.

### **Da Habilitação Jurídica:**

**8.2.1.** Registro comercial, no caso de empresa individual;

**8.2.2.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado de suas alterações ou consolidação, comprovando que a empresa possui em seu objeto social atividades relacionadas à intermediação de serviços de turismo, agenciamento de viagens, emissão de passagens e/ou reservas de hospedagem

**8.2.3.** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

**8.2.4.** No caso de empresas ou sociedades estrangeiras em funcionamento no país, decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente

### **8.3. Habilitações Fiscal, Social e Trabalhista:**

**8.3.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

**8.3.2.** Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, e Municipal do domicílio ou sede do licitante;

**8.3.3.** Certidão negativa de Débitos trabalhistas;

### **Das Declarações:**



**8.3.4.** Declaração de inexistência de fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**8.3.5.** Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

**8.3.6.** Declaração de Cumprimento de Reserva de Cargos, na forma do artigo 63, IV, da Lei nº 14.133/21.

**8.4.** Declaração de que possui estrutura e condições operacionais para execução dos serviços de agenciamento de viagens, emissão de passagens aéreas e reservas de hospedagem, comprometendo-se a atender às demandas da Administração com eficiência e regularidade

## **9. DA EXECUÇÃO:**

**9.1.** Realizar cotações de passagens aéreas e hospedagens, apresentando, sempre que possível, no mínimo 2 (duas) opções, com diferentes horários, tarifas e condições, efetuar a emissão de passagens e reservas de hospedagem somente mediante autorização prévia da Administração;

**9.2.** Efetuar a emissão de passagens e reservas de hospedagem somente mediante autorização prévia da Administração

**9.3.** Garantir a utilização de tarifas promocionais ou mais vantajosas disponíveis no mercado no momento da contratação;

**9.4.** Prestar suporte para remarcações, cancelamentos e alterações, inclusive em caráter emergencial;

**9.5.** Disponibilizar canal de atendimento eficiente, durante horário comercial e, quando necessário, em regime de plantão, para atendimento de demandas urgentes;

**9.6.** Encaminhar, de forma clara e detalhada, todas as informações relativas às passagens emitidas e hospedagens reservadas, incluindo itinerários, valores, regras tarifárias e condições de uso;





**9.7. Comprovação de Reserva:** Apresentar a reserva formal (com localizador e valor) antes de qualquer solicitação de pagamento antecipado.

**9.8. Emissão Imediata:** Efetuar a emissão definitiva do bilhete ou voucher de hospedagem em até 2 horas após a confirmação do pagamento ou envio da ordem de serviço.

**9.9.** As reservas de hospedagem deverão priorizar hotéis num raio próximo ao local de interesse, preferencialmente esta área requisitante informa que consta no anexo II, indicações de locais próximo ao evento.

## **10. DO PAGAMENTO:**

### **10.1. Forma de Pagamento:**

**10.1.1.** O Art. 145 da Lei nº 14.133/2021, § 1º A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, hipótese que deverá ser previamente justificada no processo licitatório e expressamente prevista no edital de licitação ou instrumento formal de contratação direta.

**12.2.1.** Após levantamento das soluções encontrada e levantamento de mercado realizado, verificou-se que as empresas do ramo de agenciamento de viagens, emissão de passagens aéreas e reservas de hospedagem exigem pagamento antecipado para a efetivação das contratações, em razão das condições impostas por companhias aéreas e estabelecimentos de hospedagem;

**12.2.2.** O pagamento antecipado é aceito quando a antecipação é uma condição indispensável para a prestação do serviço (emissão de bilhetes e vouchers),

**12.2.3.** Vantagem economia a fim de evitar Variação Cambial/Tarifária: As tarifas aéreas e de hospedagem flutuam diariamente. O pagamento antecipado congela o preço, evitando aumentos.

**12.2.4.** Melhores Preços: Geralmente, tarifas promocionais exigem pagamento imediato. Adiar o pagamento pode resultar em custos significativamente maiores (tarifas "last minute")

**12.2.5.** Dessa forma, o pagamento antecipado mostra-se necessário para viabilizar a execução do objeto, não sendo possível a prestação dos serviços sem a prévia quitação;



Processo nº 11298/2026  
Fls.  
Rubrica



**PROCURADORIA  
GERAL  
DO MUNICÍPIO**

**12.2.6.** O pagamento ficará condicionado à comprovação da efetiva emissão das passagens e confirmação das reservas, mediante apresentação da documentação pertinente

### **12.3. Condições de Pagamento:**

**12.3.1.** O pagamento será realizado mediante apresentação de nota fiscal/fatura, devidamente acompanhada dos comprovantes de emissão de passagens e confirmação das reservas de hospedagem;

**12.3.2.** A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação exigidas;

**12.3.3.** As Notas Fiscais devem ser discriminativas, em 02 (duas) vias, devidamente atestada por 02 (dois) servidores designados pelo setor competente, demonstrando que os bens foram entregues conforme pactuado, em nome da Unidade demandante.

**12.3.4.** Em caso de inconsistência na documentação apresentada, o pagamento será suspenso até a devida regularização.

### **13. DA GESTÃO DO CONTRATO:**

**13.1.** Coordenar a execução contratual, assegurando o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência;

**13.2.** Adotar as medidas necessárias à regular execução do contrato, inclusive no que se refere à comunicação com a contratada;

**13.3.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).



**13.4.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

**13.5.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

**13.5.1.** O fiscal do contrato acompanhará a execução dos serviços de agenciamento de viagens, emissão de passagens aéreas e reservas de hospedagem, verificando sua conformidade com o contratado;

**13.5.2.** O fiscal do contrato irá conferir os serviços prestados, incluindo itinerários, valores, reservas e demais informações pertinentes;

#### **14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

**14.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos.

**14.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

**14.3.** Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

**14.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA. **15.5.** Efetuar o pagamento a CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

**14.5.** Aplicar a CONTRATADA as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.

**14.6.** Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA.





**14.7.**Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**14.8.**Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

**14.9.**A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**15.1.**A CONTRATADA deve executar os serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a cotação, reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas, bem como a intermediação de reservas de hospedagem, de forma eficiente e dentro dos padrões de qualidade exigidos;

**15.1.1.** Realizar cotações apresentando opções mais vantajosas, observando critérios de economicidade, sempre que possível com múltiplas alternativas de voos e hospedagens;

**15.1.2.** Efetuar a emissão de passagens e reservas somente mediante autorização prévia da Administração;

**15.1.3.** Garantir a utilização de tarifas promocionais ou mais econômicas disponíveis no mercado no momento da contratação;

**15.1.4.** Comprovação de Reserva: Apresentar a reserva formal (com localizador e valor) antes de qualquer solicitação de pagamento antecipado.

**15.1.5.** Emissão Imediata: Efetuar a emissão definitiva do bilhete ou voucher de hospedagem em até 2 horas após a confirmação do pagamento ou envio da ordem de serviço.

**15.1.6.** Prestar suporte completo à Administração, incluindo atendimento para remarcações, cancelamentos, alterações e situações emergenciais;



**15.1.7.** Disponibilizar canais de atendimento ágeis e eficazes, inclusive para demandas urgentes, assegurando comunicação contínua com a Administração;

**15.1.8.** Comunicar a CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

**15.1.9.** Encaminhar todas as informações relativas aos serviços prestados de forma clara e detalhada, incluindo itinerários, valores, regras tarifárias e condições das hospedagens;

**15.1.10.** Responsabilizar-se por eventuais erros na emissão de passagens ou reservas, promovendo a imediata correção sem ônus adicional para a Administração

## **16. DAS VEDAÇÕES À CONTRATADA:**

**16.1.** Cobrar valores adicionais não previstos na proposta ou no contrato, inclusive taxas, encargos ou quaisquer acréscimos indevidos relacionados à emissão de passagens ou reservas de hospedagem;

**16.1.1.** Efetuar emissão de passagens ou reservas de hospedagem sem prévia autorização da Administração;

**16.1.2.** Deixar de apresentar as melhores opções disponíveis no mercado, omitindo tarifas mais vantajosas para a Administração;

**16.1.3.** Substituir, sem autorização, passagens, voos, hospedagens ou quaisquer condições previamente aprovadas;

**16.1.4.** Transferir a terceiros, no todo ou em parte, a execução do objeto contratual, sem autorização formal da Administração;

**16.1.5.** Intermediar serviços de forma que gere prejuízo à Administração, seja por erro, negligência ou má-fé.

## **17. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:**

**17.1.** Fica dispensada a garantia de execução.



## **18. DA DECLARAÇÃO LEI Nº 101/2000 ART. 16 e 17:**

**18.1.** Declaração que a despesa preenche os requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000 e 04 de maio de 2000, especialmente quanto às normas dos artigos 16 e 17, segue no ANEXO A.

## **19. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

**19.1.** O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**19.2.** Poderão ser aplicadas, conforme a gravidade da infração: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade.

**19.3.** A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparar os danos causados à Administração.

## **20. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**20.1.** Conforme Anexo A do Termo de Referência.

## **21. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

**21.1.** O contrato será automaticamente extinto com a conclusão do objeto contratado, consistente na prestação dos serviços de agenciamento de viagens e hospedagem para o evento específico, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**21.2.** Poderá haver extinção antecipada nas hipóteses legais ou em caso de descumprimento contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**21.3.** A contratada fará jus ao pagamento pelos serviços efetivamente prestados até a data da extinção, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**21.4.** O cancelamento, adiamento ou alteração do evento que inviabilize a execução do objeto;



Processo nº 11298/2026  
Fls.  
Rubrica



**PROCURADORIA  
GERAL  
DO MUNICÍPIO**

## **22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**22.1.** À contratação relativa ao presente Termo de Referência aplicam-se ainda as seguintes disposições:

**22.1.1.** A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista na Lei 14.133/2021;

**22.1.2.** As partes ficam vinculadas aos termos deste Termo de Referência, seus eventuais anexos e à proposta da CONTRATADA;

**22.1.3.** A CONTRATADA deve manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

## **23. DA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:**

**23.1.** Termo de Referência elaborado segundo o Documento de Formalização de Demanda presente nos autos do **Processo nº 11298/2026.**

Elaborador	Matrícula	Rubrica
Maria Eduarda Fonseca G dos Santos	250401036	

## **24. DA AUTORIZAÇÃO:**

**24.1.** Autorizo o prosseguimento com o presente Termo de Referência e a contratação do objeto requisitado, por constituir uma demanda Administração Pública e dada a legalidade do processo, conforme legislação vigente, bem como, por ter cumprido os princípios da Administração Pública;

**24.2.** Nos casos em que couber, deverão ser observadas as disposições contidas no Decreto Municipal nº 6.845 de 12 de maio de 2022, no qual tange a retenção de tributos no pagamento de fornecedores.

Cabo Frio, 04 de maio de 2026.



Processo nº 11298/2026

Fls.

Rubrica



**PROCURADORIA  
GERAL  
DO MUNICÍPIO**

**Jéssica Guimarães de Lima Santos**

*Procuradora-Geral do Município Matrícula*

*252601101*



P R E F E I T U R A   D E  
**C A B O   F R I O**  
S E M P R E   A O   S E U   L A D O



Processo nº 11298/2026  
Fls.  
Rubrica



**PROCURADORIA  
GERAL  
DO MUNICÍPIO**

## ANEXO – A

### DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DA DESPESA

Eu, JÉSSICA GUIMARÃES DE LIMA SANTOS, atualmente no cargo em Comissão de Procuradora-Geral do Município, na qualidade de ordenadora de despesas da PROGEM, declaro, nos termos do QDD e informação de disponibilidade orçamentária e financeira, que a despesa abaixo identificada tem adequação com a Lei nº 14.133/21, está incluída no Plano de Contratações Anual (PCA), Plano Plurianual (PPA) **2026/2029**, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Órgão 31 - FUNDO ESPECIAL DE HONORÁRIOS DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Unidade Orçamentária 001 – FEHPGM Subunidade

Orçamentária 001 – FEHPGM

**Programa** 03.092.0002.2004 MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA UNIDADE

**Elemento de Despesa** 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS

**Fonte** 1759 RECURSOS VINCULADO

**Ficha** 1380

Declaro ainda, que a despesa preenche os requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000 e 04 de maio de 2000, especialmente quanto às normas dos artigos 16 e 17, sendo que a mesma tem previsão orçamentária e financeira e não ultrapassará os limites estabelecidos para o exercício financeiro de 2026.

Cabo Frio, 04 de maio de 2026.

**Jéssica Guimarães de Lima Santos**

*Procuradora-Geral do Município Matrícula*

*252601101*